



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo: nº. 190978-2/01**

**Agravante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

**Agravado: Maria Madalena de Santana Souza**

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - PLANOS BRESSER E VERÃO-INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CABIMENTO - PRAZO PRECRICIONAL VINTENÁRIO - APLICÁVEL - EXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO PARA OS POUPADORES - AGRAVO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

1. É aplicável a inversão do ônus da prova em relação ao banco agravante, tendo em vista a hipossuficiência do agravado. Deve o Banco, portanto, apresentar em juízo os extratos bancários requeridos pelo ora agravado;

2. O prazo prescricional em tal situação é de vinte anos. Desta forma entende-se que também seria este o prazo para que o banco/agravante guardasse em seus registros a documentação bancária dos seus clientes.

3. Iniciada ou renovada caderneta de poupança, norma posterior que altere o índice de correção incidente sobre tal modalidade de investimento não pode retroagir para alcançá-la. Uma vez iniciado o período mensal aquisitivo da caderneta de poupança, o poupador adquiriu o direito de remunerar o seu depósito pelos critérios de atualização monetária estabelecidos no momento da abertura ou renovação da conta.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo nº **190978-2/01**, em que figuram como agravante **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** e como agravado, **MARIA MADALENA DE SANTANA SOUZA**, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a 3ª. Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 11/12/07

*fr. Ego. Cant.*

**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo: nº. 190978-2/01**

**Agravante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**

**Agravado: Maria Madalena de Santana Souza**

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

Cuido de Agravo Legal (fls. 02/07 dos autos do agravo legal) interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, contra decisão terminativa (fls. 148/152) prolatada nos autos da apelação cível apensada, que negou seguimento ao recurso, mantendo a determinação do Juízo Monocrático no sentido de compelir o Banco a pagar os expurgos inflacionários de conta-poupança de titularidade da ora agravada, Maria Madalena de Santana Souza

Segundo o Banco ora agravante, com a manutenção da decisão agravada haverá possibilidade de ser obrigado a pagar indenização de maneira injusta e indevida.

Na sequencia pugna pelo provimento do presente recurso alegando as mesmas razões já utilizadas no recurso anteriormente interposto, a saber: **a)** a inaplicabilidade do CDC **b)** a impossibilidade da inversão do ônus da prova, alegando ser obrigação do agravado provar o fato constitutivo do seu direito, de acordo com o art. 333, I do CPC. **c)** a inexistência de direito adquirido dos poupadores.

Por fim afirma haver sobre a decisão agravada afronta aos princípios constitucionais da legalidade e da irretroatividade das leis. Aduz, ainda, haver desrespeito aos seguintes dispositivos: art. 8º, XVII, "c" e "j"; arts. 160, 155, §3º da CF/69; art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil; art. 22, VII e XIX; art. 3º, I e II, art. 170 e 174 da CF/88.

Requeru, ao final, o provimento do presente recurso para para ser conduzido à Câmara, a fim de dar-lhe seguimento e, igualmente, provimento ao agravo de instrumento ao qual está atrelado.

Apresento o recurso de agravo para julgamento pelo colegiado, uma vez não exercido o juízo de retratação (CPC, art. 557, § 1º).

É o Relatório.

Recife, 11/12/05

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

**Recurso de Agravo: nº. 190978-2/01**

Agravante: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

Agravado: Maria Madalena de Santana Souza

**Relator: Des. Eduardo Sertório**

**VOTO**

Com o presente recurso o Banco visa afastar a condenação imposta pelo magistrado *a quo* e confirmada pela decisão monocrática agravada. A fim de não ser responsabilizado pela apresentação dos extratos de caderneta de poupança de titularidade de Walter Sebastião Vinhas e Maria José Lima Vinhas

**a) e b) Quanto à inaplicabilidade do CDC e a impossibilidade de inversão do ônus da prova**

Inicialmente alega o Banco não ser aplicável o CDC para regular o caso em tela. seguindo esse mesmo raciocínio, alega ser injusta a inversão do ônus da prova

Reservo-me no entanto de tecer longos comentários sobre a matéria por já tê-la apreciado, de forma, exaustiva, na decisão monocrática, anteriormente prolatada. Vejamos:

**O Banco insurge-se, nesse ponto, sobre a inversão do ônus da prova. Para tanto, aduz não haver nenhuma lei obrigando-o a guardar os extratos bancários de seus clientes por tempo indeterminado, estando sua postura de acordo com a resolução Bacen nº 2.078/94.**

Com efeito, não há ato normativo que expressamente obrigue as instituições financeiras a armazenar os extratos de seus correntistas por tanto tempo. No entanto, em decorrência do prazo prescricional vintenário, se a instituição do porte do Banco não mantém em seus arquivos as informações cadastrais dos seus clientes, deve responder por isso.

Ora, a questão da manutenção dos dados cadastrais dos clientes encontra amparo no Código Civil. Interpretando-se conjuntamente o artigo 2.028 do atual Código Civil e o 177 do Código Civil de 1916, percebe-se que a prescrição para se exigir a reparação do dano em questão é vintenária, pois o caso em tela versa sobre ação de cobrança (direito pessoal) e já havia transcorrido mais de metade desse prazo quando da entrada em vigor do atual Código Civil.

**Esse, aliás, é o entendimento pacífico do STJ (AgRg no Ag 990050, AgRg no Ag 634850, Resp 707151).**

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANO VERÃO. PRELIMINARES REJEITADAS. CORREÇÃO MONETÁRIA. PLANO BRESSER E VERÃO. JUNHO DE 1987. JANEIRO DE 1989. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALDOS DE POUPANÇA BLOQUEADOS. LEI 8.024/90. LEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM" DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. IPC DE MARÇO DE 1990 E PERÍODO SUBSEQUENTE. APLICAÇÃO DA "BTNf". PRECEDENTES DO STJ E DO STF.

(omissis)

**6. As ações de cobrança de diferenças de correção monetária de caderneta de poupança são pessoais, e, portanto, prescreviam no prazo de 20 (vinte) anos, nos termos do art. 177 do antigo Código Civil.** Ainda que, com a redação dada pelo art. 205 do novo Código Civil (Lei nº 10.406/02), o prazo seja de 10 (dez) anos, quando da propositura da presente ação, tinha vigência o prazo vintenário das ações pessoais.

(omissis)

**Em decorrência disso, cabe ao Banco, por cautela, armazenar os registros dos seus clientes pelo menos no prazo de 20 anos, possibilitando eventual prova frente a uma demanda judicial**

**Com relação à aplicação do art. 333, I CPC, esclareça-se: embora tal dispositivo legal impute ao autor o ônus da prova do fato constitutivo do seu direito, prevalece no caso em tela o disposto no inciso VIII do artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, a saber:**

**Art. 6º - São direitos básicos do consumidor:**

(omissis)

**VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;**

Com efeito, a relação estabelecida entre o Banco e Maria Madalena de Santana Souza configura-se relação de consumo em que é evidente a hipossuficiência da última. Esse, aliás, é o entendimento jurisprudencial, como se denota das ementas abaixo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. DESCABIMENTO. 1. Inversão do ônus da prova. **Induvidosa é a incidência das normas inseridas no Código de Defesa do Consumidor em Ação de Cobrança de valores oriundos de depósitos efetivados em cadernetas de poupança, uma vez constatada a hipossuficiência do contratante. Aplicação do princípio da inversão da prova, incidente nas demandas promovidas pelo consumidor (art. 6º, inc. VIII, CDC).** Cabe ao Banco, no caso concreto, a prova de que empreendeu esforços na busca dos documentos, não obtendo êxito em encontrá-los. Omissis (Agravado de Instrumento nº 70021636840, Segunda Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Agathe Elsa Schmidt da Silva, Julgado em 04/10/2007).

E ainda,

Agravo regimental. Recurso especial. Contrato bancário. Código de Defesa do Consumidor. Incidência. Inversão do ônus da prova.

1. **Os serviços prestados pelos bancos a seus clientes estão garantidos pela lei de defesa do consumidor, em especial as cadernetas de poupança** e os contratos tipicamente bancários de concessão de crédito, em suas diversas formas: mútuos em geral, financiamentos rural, comercial, industrial ou para exportação, contratos de câmbio, empréstimos para capital de giro, abertura de crédito em conta-corrente e abertura de crédito fixo, ou quaisquer outras modalidades do gênero (REsp nº 106.888/PR, Segunda Seção, Relator o Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 5/8/02).

(...)

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 671866/SP 2004/0084192-7

Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO (1108), Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA, Data do Julgamento 22/02/2005 Data da Publicação/Fonte DJ 09.05.2005 p. 402)

Na mesma linha, o Tribunal de Justiça de Pernambuco entende que:

**DIREITO DO CONSUMIDOR - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - EXIBIÇÃO DE EXTRATOS DE CONTA-POUPANÇA - OBRIGAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INTELIGÊNCIA DO ART. 6º, INCISO VIII, DO CDC** - OS EXTRATOS BANCÁRIOS DE CONTA-POUPANÇA, CONSTITUEM-SE EM DOCUMENTOS COMUNS ÀS PARTES, SENDO, PORTANTO, CABÍVEL A PRETENSÃO PARA QUE O BANCO EXIBA OS EXTRATOS BANCÁRIOS RELATIVOS AO PERÍODO DO PLANO BRESSER, POIS CUIDAM INEQUIVOCAMENTE DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS AO JULGAMENTO DA DEMANDA, NÃO PODENDO A PARTE AUTORA, ORA AGRAVADA, SER INIBIDA DE BUSCAR EVENTUAL REPARAÇÃO QUE ENTENDE DE DIREITO POR ATITUDE DE MANIFESTA RECALCITRÂNCIA DO BANCO, PARA NÃO DIZER TENTATIVA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO - À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravo de Instrumento nº 163364-1, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça de PE, Relator: Sílvia Beltrão, Julgado em 31/7/2008)

É evidente, portanto, a aplicação da inversão do ônus da prova no caso em análise.

Com efeito, a relação estabelecida entre o banco agravante e seus clientes configura-se relação de consumo em que é evidente a hipossuficiência dos últimos. Por essa razão, é também evidente, a possibilidade de aplicação das normas consumeristas e consequentemente da inversão do ônus da prova no caso em análise.

### **c) Quanto a inexistência de direito adquirido**

Prosseguindo com as argumentações afirma o Banco não haver direito adquirido pelos poupadores, mas apenas expectativa de direito. Nesse ponto, afirma ainda ter agido de acordo com as

determinações legais vigentes à época de implementação dos Planos econômicos em questão.

Apreciando tal matéria me pronunciei da seguinte maneira na decisão monocrática:

Nesse ponto o Banco alega não haver direito adquirido para os poupadores a receber a atualização monetária sobre suas contas poupanças enquanto em curso o trintídio.

**Acerca da questão, o STJ já decidiu que**

"A instituição financeira depositária é a responsável, pois o contrato a vincula ao depositante. As novas regras, relativas aos rendimentos de poupança, não atingem situações pretéritas, não incidindo, na espécie, a Resolução nº 1.338/87 - BACEN e, tampouco, o artigo 17, inciso I, da Lei nº 7.730/89. (RECURSO ESPECIAL Nº 401.041 - RJ (2001/0150068-3) RELATOR : MINISTRO GARCIA VIEIRA)"

Coerente com esse entendimento é que o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira ao apreciar os Recursos Especiais nºs 77.983/MG e 94.805/DF, decidiu:

**"DIREITO ECONÔMICO. CADERNETA DE POUPANÇA. ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO. MARÇO/90. LEI 8.024, ART. 6º, § 2o. NÃO APLICAÇÃO. DIREITO ADQUIRIDO DO POUPADOR. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA NÃO ARGÜIDA. ORIENTAÇÃO DA TURMA. RECURSO DESACOLHIDO.**

I - Iniciada ou renovada caderneta de poupança, norma posterior que altere o índice de correção incidente sobre tal modalidade de investimento não pode retroagir para alcança-la. Tendo incidência imediata e dispondo para o futuro, não afeta as situações já constituídas.

II- O critério de atualização estabelecido quando da abertura ou renovação automática das cadernetas de poupança, para vigorar durante o período mensal seguinte, passa a ser, a partir de então, direito adquirido do poupador.

Sendo assim, totalmente descabida a referida alegação do Banco, pois uma vez iniciado o período mensal aquisitivo da caderneta de poupança, o poupador adquiriu o direito de remunerar o seu depósito pelos critérios de atualização monetária estabelecidos no momento da abertura ou renovação da conta.

Com efeito, não merece prosperar a alegação do Banco, pois conforme entendimento sedimentado do próprio STJ as novas regras relativas aos rendimentos de poupança, não atingem situações pretéritas, razão pela qual não há que se falar em afronta aos princípios constitucionais da legalidade e da irretroatividade das leis como quer fazer crer o Banco.

Sendo assim, as novas determinações legais impostas pela resolução nº 1.338/87 - BACEN e pelo artigo 17, inciso I, da Lei nº 7.730/89, referentes aos planos Bresser e Verão, respectivamente, não poderiam figurar como parâmetro de remuneração das cadernetas de poupança para o período anterior às suas emissões.

Por fim aduz, ainda, o Banco ter a decisão desrespeitado os seguintes dispositivos legais: arts. 8º, XVII, "c" e "j"; 160, 155, §3º da CF/69; art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil; art. 22, VII e XIX; art. 3º, I e II, art. 170 e 174 da CF/88. Deixo, no entanto, de me pronunciar sobre os mencionados artigos por não ter o Banco demonstrado de que maneira a decisão ora agravada teria infringido-os, tornando-se, assim, impossível o pronunciamento.

A propósito, na decisão ora agravada, todas as questões enfrentadas e decididas foram devidamente fundamentas em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme atestam as transcrições supra.

Sendo assim, percebe-se pretender o Banco apenas já rediscutir matérias já apreciadas de maneira exaustiva pela decisão monocrática, não trazendo argumentos novos capazes de modificar o julgado.

Ante o exposto, conheço do recurso e **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática pelos seus próprios termos.

É o voto.

Recife, 11/12/00

  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator